

Primeira etapa será em 24 horas

BRASÍLIA — A Mesa Diretora do Senado dará em 24 horas o parecer sobre a decisão do Conselho de Ética pela abertura de processo contra os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). A maioria dos integrantes da Mesa está convencida que a demora reforçará as especulações sobre um acordo PFL-PMDB para salvar ACM da cassação do mandato. Por isso, a cautela de seguir à risca o mesmo prazo utilizado no processo de cassação do senador Luiz Estevão, em junho do ano passado.

Está acertado que o parecer seguirá sugestão aprovada pelo Conselho de Ética — seja a favor ou seja contra a abertura de processo contra os dois. A agilidade pactuada pelos dirigentes do Senado não se estende às outras etapas do processo — Conselho de Ética, Comissão de Constituição e Justiça e plenário. O provável relator é o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE).

Processos contra senadores só são instaurados depois de publicada a decisão da Mesa. Pesou muito nos acertos dos detalhes para o preparo do parecer o fato de o Senado ser presidido por Jader Barbalho (PMDB-PA), inimigo de ACM. “A atitude que for tomada vai ser interpretada ou como revanche ou como favorecimento para permitir o acordo”, diz um senador que participou desses entendimentos.

Preocupados com isso, além de céleres, os dirigentes do Senado pretendem ser econômicos no parecer. Se for confirmada a tendência do Conselho de Ética de sugerir que os senadores sejam processados por quebra de decoro, o despacho da Mesa não tratará da pena a ser aplicada. Apenas determinará a abertura do processo.

A Mesa, contam senadores, não trabalha com a hipótese de o Conselho de Ética não recomendar que ACM e Arruda sejam processados. Por mera questão de sobrevivência política. Se por obra de um acordo nada casual isso acontecer, a situação será muito delicada.